

OS LIMITES DA DIPLOMACIA PARLAMENTAR E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS: O CASO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR EURO-MEDITERRÂNICA E A SUA SUCESSORA A ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA UNIÃO PARA O MEDITERRÂNEO (2004-2011)₁

Stelios Stavridis₂
Universidade de Saragoça
Roderick Pace₃
Universidade de Malta

RESUMO

Enquanto que a maioria dos estudos se tem focalizado nas dimensões política, económica e de direitos humanos dessas relações/políticas, este artigo concentra-se nas relações entre órgãos parlamentares e membros dos parlamentos. Tem existido muito pouco interesse académico nesta questão. Porém, este estudo específico não vai lidar com a dimensão parlamentar da PEM/UpM enquanto tal. Em vez disso, vai centrar-se numa área tradicional das RI: a resolução de conflitos, avaliando o papel desempenhado pela Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM) – agora designada Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (UpM-AP) – na resolução de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE:

direitos humanos, diplomacia, conflitos internacionais, União Europeia

ABSTRACT

Whereas most studies have concentrated on the political, economic and the human rights dimensions of those relations/policies, this article concentrates on relations between parliamentary bodies and parliamentarians. There is very little academic interest in the question. However, this particular study will not deal with the parliamentary dimension of the EMP/UfM as such. Instead it will focus on a traditional area of International Relations: conflict resolution. It will do so by assessing the role played by the Euro-Mediterranean Parliamentary Assembly (EMPA) – now renamed the UfM-Parliamentary Assembly (UfM-PA) - in conflict resolution.

KEYWORDS:

human rights, diplomacy, international conflicts, European Union

1 - Este artigo é uma tradução para língua portuguesa, com algumas adaptações, de um capítulo da autoria de Stelios Stavridis e Roderick Pace, originalmente intitulado “Assessing the impact of the EMPA’s parliamentary diplomacy in international conflicts: contribution or obstacle?”, in Gregorio Garzón Clariana (ed.), *La Asamblea Euromediterránea – The Euro-Mediterranean Assembly – L’Assemblée euro-méditerranéenne*, Editorial Marcial Pons, Madrid/Barcelona/Buenos Aires, 2011, pp. 59-105. As notas deste artigo foram mantidas conforme o texto original em língua inglesa. Os autores expressam o seu agradecimento a José Pedro Teixeira Fernandes e Bárbara Neiva Santos pela tradução do texto.

2 - Stelios Stavridis (dr.stelios.stavridis@gmail.com) is ARAID Senior Research Fellow, Research Unit on *Global Governance and the European Union*, University of Zaragoza (www.unizar.es/union_europea).

3 - Roderick Pace (roderick.pace@um.edu.mt) is Director of the Institute for European Studies of the University of Malta (www.um.edu.mt/europeanstudies).

Os estudos sobre as relações Euro-Mediterrânicas abundam desde os primeiros anos do processo de integração europeia. Após o colapso da ordem da Guerra Fria, a CEE (re)criou-se a si própria como União Europeia (UE) e desenvolveu um quadro institucional desde o Tratado de Maastricht até ao recentemente ratificado Tratado de Lisboa. Também reviu e renovou as suas políticas face à orla Sul do Mediterrâneo lançando em 1995 a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), também conhecida como Processo de Barcelona. Na sequência dos alargamentos da UE, a União redesenhou ainda a sua política mais ampla face à vizinhança imediata: com a Política Europeia de Vizinhança em 2004; e, após a iniciativa em 2007 de Sarkozy, com a União para o Mediterrâneo (UpM) em 2008.⁴

Enquanto que a maioria dos estudos se tem focalizado nas dimensões política, económica e de direitos humanos dessas relações/políticas, este artigo concentra-se nas relações entre órgãos parlamentares e membros dos parlamentos. Tem existido muito pouco interesse académico nesta questão. Porém, este estudo específico não vai lidar com a dimensão parlamentar da PEM/UpM enquanto tal. Em vez disso, vai centrar-se numa área tradicional das RI: a resolução de conflitos, avaliando o papel desempenhado pela Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM) – agora designada Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (UpM-AP) – na resolução de conflitos, por referência a três importantes e duradouros conflitos internacionais no Mediterrâneo: o Médio Oriente, Chipre, e Sara Ocidental. Isto significa que não vão ser abordadas as revoluções da “Primavera Árabe” que transformaram as margens Oriental e Sul do *Mare Nostrum* de forma tão dramática. Sem dúvida que tais desenvolvimentos terão um impacto – esperamos que positivo –, se a transição para a democracia por estes iniciada for completada com sucesso. Mas um olhar para os estudos que proliferam sobre o Mediterrâneo mostra que não é o único tema de atenção académica.⁵ Uma coisa parece provável: se a democracia parlamentar arrancar nos estados árabes, as possibilidades da cooperação interparlamentar com a Europa provavelmente aumentarão também.

Existem várias razões pelas quais os parlamentos se estão a tornar em importantes atores internacionais. Enormes mudanças ocorreram no sistema internacional nas duas últimas décadas, as quais lhes forneceram novas oportunidades de desempenhar um papel importante neste. Ainda que em termos globais muitos estados mostrem uma tendência geral – é certo que salpicada por numerosas explosões de violência (por ex., Afeganistão, Iraque, Líbano, Gaza e Geórgia) – de procurarem uma solução pacífica de conflitos, estes estão a preparar-se para a eventualidade de se verem forçados de recorrer à guerra: a despesa militar atual ultrapassa os níveis gastos em 1988, precisamente o ano anterior ao final da Guerra Fria.⁶

Uma outra tendência observável nas relações internacionais é que o processo em curso de Globalização levou à criação de numerosas organizações onde os estados e um crescente número de actores não estaduais interage tentando governar e gerir o processo no seu conjunto. De facto, a Globalização torna a cooperação e a integração política cada vez mais evidente, na medida em que se alarga e aprofunda. Os estados são ainda

4 H. Amirah Fernández, R. Youngs (eds), *The Euro-Mediterranean Partnership. Assessing the First Decade*, Elcano Royal Institute for International and Strategic Studies and the Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE), 2005: www.realinstitutoelcano.org; S. Stavridis, 'The Barcelona Process, twelve years on: a critical overview', *Agora without Frontiers - A Quarterly Journal of International Economy and Politics*, Vol. 13, No.4, March-May 2008, pp 243-261; Special Issue on 'Union for the Mediterranean: National and Regional Perspectives' (Guest editors: D. Xenakis and P. Tsakonias), *Études Helleniques/Hellenic Studies*, Vol. 17, No. 2, Autumn, 2009.

5 - Ver *inter alia* estudos recentes disponíveis nos sites de EUROMESCO, ou de IAI, Roma ou de EU ISS, Paris. Respetivamente: www.euromesco.net; www.iai.it; www.iss.europa.eu.

6 - *The SIPRI Military Expenditure Database*, Stockholm Peace Research Institute: <http://milexdata.sipri.org/result.php4>.

os principais actores na política internacional, mas cada vez estão mais estrangidos a partilhar o espaço que já ocuparam com novos actores, incluindo os parlamentos. Isto parece ser uma nova fase na Globalização (também conhecida como “Novo Regionalismo” ou “Regionalismo Aberto”).⁷

Com inícios nos princípios dos anos 70, a universalização dos direitos humanos como um princípio para a política externa, se bem que consignado ao nível retórico, confirmou a necessidade de implementar a Carta das Nações Unidas, feita após a II Guerra Mundial, na prática. Nos anos imediatos e subsequentes do pós-Guerra Fria, a promoção dos direitos humanos foi ainda mais reforçada e, após alguns casos de genocídio indiscriminado (por ex. Bósnia-Herzegovina, Ruanda ou Burundi), um novo papel para a Justiça Internacional começou a ser desenvolvido, principalmente através do estabelecimento do Tribunal Penal Internacional. Em 2001, a Comissão Internacional sobre a Intervenção e Soberania Estadual emitiu o seu famoso relatório, *A Responsabilidade de Proteger*, no qual foi defendida a intervenção da comunidade internacional, incluindo com meios militares, de forma a parar a supressão indiscriminada dos Direitos Humanos, particularmente em relação ao genocídio e quando um governo manifestamente falhou em proteger os seus cidadãos.⁸ Isto levantou novamente a questão dos limites da soberania, dado o relatório ir contra o princípio mais básico das relações internacionais clássicas: o da soberania e da não intervenção externa.

É exatamente aqui onde os órgãos parlamentares que transcendem as fronteiras nacionais, têm um papel a desempenhar. Nas últimas décadas o seu número expandiu-se enormemente. Algumas estimativas mencionam um valor superior a 70 destas instituições no início do século XXI. Se estamos a assistir ao início de uma via para um mundo melhor, mais normalizado, moral, responsável e democrático, é ainda uma questão em aberto. As intenções estão aí e os meios também, mas ajudarão estes últimos a atingir à humanidade as referidas intenções?

No caso do Mediterrâneo, a União Europeia, as suas instituições (a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu) e vários dos seus Estados-Membros têm sido actores internacionais ativos. Se isso pode ser explicado pela via construtivista ou através de teorias realistas mais tradicionais, incluindo o Realismo Neoclássico, é algo que está para além do objetivo deste trabalho.⁹ A cooperação interparlamentar internacional no Mediterrâneo tem uma longa história, a começar pela União Parlamentar Internacional (UPI). A cooperação parlamentar Euro-Mediterrânica como tal desenvolveu-se no âmbito do Processo de Barcelona de 1995, inicialmente como o Fórum Parlamentar EMP (1998-2003), e, desde 1994 para a frente, como a APEM₁₀. Há outros corpos parlamentares envolvidos na região do Mediterrâneo: não apenas os parlamentos nacionais e os deputados, mas também as Assembleias Parlamentares do Conselho da Europa da OSCE, NATO, UEO e uma iniciativa árabe, a União Árabe Parlamentar, a qual é crucial no Diálogo Parlamentar Euro-Árabe iniciado em 1974.

7 - B. Hettne, ‘The New Regionalism Revisited’, in F. Söderbaum, T. Shaw (eds), *Theories of New Regionalism: A Palgrave Reader*, Palgrave, Basingstoke, 2003, pp 22-42.

8 - *The Responsibility to Protect*, Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty, Ministry of Foreign Affairs, Ottawa, December 2001.

9 - F. Attinà, “The Euro-Mediterranean Partnership Assessed: The Realist and Liberal Views”, *European Foreign Affairs Review*, Volume 8, No 2, 2003 pp 181-200; S. Costalli, ‘Power over the Sea: The Relevance of Neoclassical Realism to Euro-Mediterranean Relations’, *Mediterranean Politics*, Vol. 14, No. 3, pp 323-342.

10 - EMPA’s website: www.europarl.europa.eu/intcoop/empa/default.htm; I. Seimenis, M. Makriyannis, ‘Reinvigorating the Parliamentary Dimension of the Barcelona Process: The Establishment of the Euro-Mediterranean Parliamentary Assembly’, *Mediterranean Quarterly*, Spring 2005, pp 85-105.

Para a abordagem deste tema, o artigo divide-se da seguinte maneira: A **Parte 1** apresenta as principais características e realizações da EMPA. A **Parte 2** aborda a questão de como os três conflitos mencionados tiveram impacto sobre a PEM/UpM. As **Conclusões** tentam responder à questão de saber se a diplomacia parlamentar do APEM, até à data, ajudou ou dificultou a resolução de conflitos no Mediterrâneo.

PARTE 1. A APEM (AGORA AP-UpM)

1.1. COMO FUNCIONA E O QUE FAZ¹¹

A sessão inaugural APEM teve lugar em Vouliagmeni (Atenas), nos dias 22-23 Março de 2004. A APEM tinha inicialmente **240 membros**, dos quais 120 eram Europeus (75 de parlamentos nacionais da UE e 45 do PE) e 120 de parlamentos nacionais dos países Mediterrânicos parceiros da EU. A AP-UpM agora consiste em **280 membros** nomeados por:

- Parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE.
- Parlamento Europeu.
- Parlamentos nacionais dos parceiros Mediterrânicos.

Há **130 membros da UE** (81 membros dos 27 parlamentos nacionais da UE, na base de uma representação igualitária, e 49 membros do Parlamento Europeu), **10 membros** dos parlamentos de países europeus parceiros da região Mediterrânica (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Mónaco e Montenegro, com 2 membros cada um), **130 membros** dos parlamentos de 10 parceiros Mediterrânicos fundadores, numa base de representação igualitária, e **10 membros** do parlamento da Mauritânia. As línguas de trabalho são o inglês, o francês e o árabe.

A PA-UpM tem uma Direção (*Bureau*), Comissões e vários Grupos de Trabalho *Ad Hoc*. Reúne-se pelo menos uma vez por ano numa Sessão Plenária, mas também pode organizar Sessões Extraordinárias. A sua Presidência alterna todos os anos, em março, de um Estado-membro da UE ou do PE para um dos países do Sul. A actual Direção (*Bureau*) é composta pelo Parlamento Europeu (Presidência março 2008 - março 2009), e pelos Parlamentos da Jordânia (2009-2010), Itália (2010-2011) e Marrocos (2011-2012).

As suas Comissões (4 permanentes mais uma *ad hoc*) são as seguintes:

- Comissão para os Assuntos Políticos, Segurança e Direitos Humanos.
- Comissão para os Assuntos Económicos, Financeiros e Sociais e para a Educação.
- Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, dos Intercâmbios Humanos e da Cultura.
- Comissão para os Direitos das Mulheres nos Países Euro-Mediterrânicos (durante os primeiros quatro anos, como uma comissão *ad hoc*).
- A Comissão *Ad Hoc* para a Energia e o Ambiente (desde março de 2008).

Até 2010, os Grupos de Trabalho foram os seguintes:

- Paz e Segurança no Médio Oriente.
- Financiamento da Assembleia e revisão das Regras de Procedimento da APEM.
- O Problema das Minas Terrestres.

¹¹ - Fonte: website oficial até 2010: www.europarl.europa.eu/intcoop/empa/default.htm. Em 2010, durante a presidência italiana, o website foi alterado para: <http://www.parlamento.it/apem/91785/gencopertina.htm>. Desde então, não existe um website específico, exceto o website da delegação da AP-UpM do PE.

- Condições para a Transformação do SEIPM (Serviço para o Investimento e a Parceria Euro-Mediterrânica) do BEI (Banco Europeu de Investimento) num Banco de Desenvolvimento Euro-Mediterrânico.
- Protecção Civil e Prevenção de desastres Ambientais e Ecológicos na região Euro-Mediterrânica.
- Formas da Assembleia da APEM participar em organismos da Fundação Anna Lindh para o Diálogo entre Culturas.

Até à data, a APEM/PA-UpM teve as seguintes Sessões Plenárias (* indica sessões extraordinárias):

- Atenas, Grécia: 22-23 março 2004
- Cairo, Egito: 12-15 março 2005
- Rabat, Marrocos: 20-21 novembro 2005 *
- Bruxelas, Bélgica: 25-26 março 2006
- Tunes, Tunísia: 16-17 março 2007
- Atenas, Grécia: 27-28 março 2008
- Mar Morto, Jordânia: 12-13 outubro 2008 *
- Bruxelas, Bélgica: 16-17 março 2009
- Amã, Jordânia: 13-14 março 2010
- Roma, Itália: 3-4 março 2010.

1.2. QUE TIPO DE PODERES?

O poder da PA-UpM tem sido limitado a efetuar recomendações apesar de o Parlamento Europeu ter tentado convertê-la num braço parlamentar da UpM, onde teria uma voz importante nas decisões a tomar. Por exemplo, em junho de 2008, o PE insistiu que o reforço da legitimidade democrática era necessário. Afirmou também considerar que a APEM (nome ainda usado na altura), como órgão consultivo, deveria ter o direito de efetuar propostas e avaliações.¹²

Contudo, na Cimeira de Paris para o Mediterrâneo, a qual decorreu no mês seguinte, os líderes da UE e do Mediterrâneo desfizeram qualquer esperança de conferir à Assembleia os poderes que esta procurava e outorgaram apenas que “a Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica será a legítima *expressão* parlamentar do Processo de Barcelona-UpM. Os Chefes de Estado e de Governo apoiam fortemente o reforço do papel da APEM nas suas relações com os parceiros Mediterrânicos.”¹³ Como resultado, a 12 de outubro de 2008, na reunião da Jordânia, a APEM fez outro esforço para convencer os Estados-Membros da PB-UpM a reforçarem os seus poderes.¹⁴ Pediu aos ministros para declararem formalmente a APEM como uma parte integral do ‘Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo’, e a sua instituição parlamentar. Solicitou também a criação uma base legal e que fosse estabelecida uma ligação formal entre o ramo executivo e o ramo parlamentar do Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo. Quanto ao financiamento e à necessária criação organizacional, a recomendação da APEM sublinhou que as futuras competências das

12 - Point 15 in European Parliament resolution of 5 June 2008 on the Barcelona Process: Union for the Mediterranean (P6_TA(2008)0257).

13 - Point 17 of the Joint Declaration of the Paris Summit for the Mediterranean, Paris, 13 July 2008.

14 - RECOMMENDATION FROM THE EURO-MEDITERRANEAN PARLIAMENTARY ASSEMBLY TO THE FIRST MEETING OF THE MINISTERS OF FOREIGN AFFAIRS OF THE BARCELONA PROCESS: UNION FOR THE MEDITERRANEAN (Marseille, 3-4 November 2008) on the role of the Euro Mediterranean Parliamentary Assembly within the Barcelona Process: Union for the Mediterranean.

várias instituições deveriam ser respeitadas. Se as exigências da APEM tivessem sido cumpridas, a dimensão parlamentar do PB-UpM teria avançado de forma substancial.

No seu encontro de novembro de 2008, os ministros afastaram qualquer esperança de que a APEM se pudesse desenvolver como a dimensão parlamentar da UpM num futuro próximo, pelo menos na extensão em que o PE e APEM estavam a requerer. Os ministros afirmaram simplesmente “que a Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM) reforça a legitimidade democrática da Parceria.” Ao mesmo tempo, e no que deve seguramente ser considerado como outra afronta aos parlamentares mediterrânicos, continuaram a “afirmar a necessidade de promover a implementação de ações concretas a nível local e regional. A este propósito, recomendaram o Fórum das Autoridades Locais e Regionais, que se realizou em 22 a 23 junho de 2008 em Marselha. Tomaram também a devida nota da opinião do Comité das Regiões emitida a 9 de outubro de 2008 e da proposta de criar uma Assembleia Local e Regional Euro-Mediterrânica. Os membros da Assembleia representariam, de forma igualitária, autoridades locais e regionais eleitas da UE e autoridades eleitas de países parceiros mediterrânicos, de forma similar à representação parlamentar na Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica.”¹⁵

Os ministros não só não reforçaram os poderes da APEM na UpM, como o seu papel e influência foi ainda mais ameaçado por uma nova tónica e encorajamento colocado numa assembleia rival de representantes: a nova e emergente Assembleia Regional Mediterrânica.

A maioria dos receios referentes à emergência de uma forte dimensão parlamentar da UpM veio dos estados do Sul do Mediterrâneo. Um diplomata originário de um desses países afirmou, sob condição de anonimato, que o seu governo não poderia ser responsabilizado por outra assembleia parlamentar que não o seu próprio parlamento nacional. Claro que até à altura em que situação começou a mudar lentamente no mundo Árabe, devido à Primavera Árabe, a maioria dos governos do Sul do Mediterrâneo dificilmente poderiam ser responsáveis face aos seus parlamentos nacionais, dadas as realidades dos seus sistemas políticos, frequentemente referidos como “democracias de fachada”. As elites políticas do Sul do Mediterrâneo são muito sensíveis às críticas das assembleias parlamentares democráticas e reagiram, frequentemente, de forma extremamente negativa às críticas do Parlamento Europeu. Em janeiro de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto chamou os Embaixadores da UE no Cairo para protestar contra uma resolução provisória do Parlamento Europeu, a qual criticava as atuações em matéria de direitos humanos do seu país.¹⁶

Após o revés de Marselha, o Parlamento Europeu não teve outra alternativa senão declarar uma trégua, deixando em aberto a possibilidade de mais desenvolvimentos no futuro. A 19 de fevereiro de 2009, foi aprovada uma resolução que afirma o seguinte:

“Felicita a decisão da Conferência Ministerial de 3 de novembro de 2008, da qual toma devida nota das recomendações adoptadas pela APEM na Jordânia, a 13 de outubro de 2008; apoia a decisão de conferir uma maior dimensão parlamentar à União para o Mediterrâneo, reforçando assim a sua legitimidade democrática na APEM, a qual deveria ainda ser mais consolidada e o seu trabalho melhor articulado com outras instituições da Parceria, encarando

15 - Barcelona Process: Union for the Mediterranean, Ministerial Conference, Marseille, 3-4 November 2008, Final declaration, Council of the European Union, Press Statement 15187/08 (Presse 314).

16 - European Parliament resolution of 17 January 2008 on the situation in Egypt (P6_TA(2008)0023).

a possibilidade de lhe conceder personalidade legal e habilitando-a a propor e a avaliar estratégias de integração económica regional e permitindo-lhe efectuar recomendações nas reuniões dos ministros dos negócios estrangeiros; espera que este reconhecimento da APEM como instituição também seja reflectido pela sua participação como observador em todas as reuniões do executivo, nos encontros dos Chefes de Estado e de Governo, nos encontros ministeriais e nos encontros das reuniões preparatórias dos funcionários seniores.”¹⁷

Reverendo estes acontecimentos no seu discurso de encerramento da quinta sessão plenária da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM) realizada em Bruxelas, a 17 de março de 2009, Hans-Gert Pöttering, presidente do PE/APEM disse: “Hoje, apesar de tudo, devemos reconhecer que o processo de integração da APEM na União para o Mediterrâneo como sua instituição parlamentar, ainda não está completo... Um dia – estou convencido – a APEM será o ‘parlamento’ da União para o Mediterrâneo.”

PARTE 2. PARLAMENTOS E CONFLITOS INTERNACIONAIS NO MEDITERRÂNEO: QUAL O PAPEL PARA A APEM?

2.1. COMENTÁRIOS GERAIS

Lamentavelmente, a região do Mediterrâneo é quase sinónimo de ‘conflitos’¹⁸. Isto significa que a resolução de conflitos representa um caso “ideal” para avaliar o impacto da diplomacia parlamentar, nomeadamente no âmbito do contexto profundamente institucionalizado da APEM. Nos vários documentos da APEM até à data, é claro que a resolução de conflitos é considerada uma das funções chave da Assembleia. Para indicar apenas um exemplo: O Presidente em 2009-2010 da APEM, o Presidente do Parlamento jordano, Abdul-Hadi Al Majali, deixou muito claro no seu discurso inaugural como Presidente, que “devemo-nos focar no processo de paz do Médio Oriente, pois sem uma solução justa e duradoura na nossa região, todos estes objectivos serão difíceis de atingir” (numa referência aos objectivos definidos pela agenda da UpM)¹⁹. Isto contrasta com uma declaração feita no Parlamento Europeu em 2010 na qual foi referido que “uma lição imediata deve ser obtida dessas dificuldades: o principal objetivo da UpM não é resolver conflitos de longa data entre os seus membros”²⁰.

De facto, tanto quanto concerne ao conflito, “[a] cessação do conflito regional é o primeiro imperativo para o diálogo parlamentar regional”²¹.

Na sua fase inicial, a Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica não deu prioridade a nenhum dos principais conflitos regionais, o que obviamente não quer dizer que não tivessem sido discutidos, a vários níveis, dentro da própria APEM. Por exemplo, a Sessão Extraordinária da APEM de novembro de 2005 em Rabat e a Sessão Anual Plenária de 2006 em Bruxelas lidaram maioritariamente com o Médio Oriente²². Também não

17 - European Parliament resolution of 19 February 2009 on the Barcelona Process: Union for the Mediterranean (2008/2231 (INI)) P6_TA(2009)0077.

18 - P. Balta, ‘La Méditerranée en tant que zone de conflits’, *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, Vol. 37, 1997, pp 9-18.

19 - Remarks by H.E. Mr. Abdul-Hadi Al Majali at the 5th Plenary session of the Euro-Mediterranean Parliamentary Assembly as the New President (15-17 March 2009, Brussels):

www.europarl.europa.eu/intcoop/empa/plenary_sessions/plenary_session_032009/speech_abdulhadi_majali.pdf.

20 - Vincent Peillon (Relator), *Report on the Union for the Mediterranean (2009/2215 (INI))*, A7-0133/2010, Comissão para os Negócios Estrangeiros, Parlamento Europeu, 3 de maio de 2010.

21 - D. Beetham, *Parliament and Democracy in the Twenty-first Century: A Guide to Good Practice*, Interparliamentary Union, 2006: www.ipu.org, p.11.

22 - EMPA “Declaration of the Presidency Addressed to the Tenth Anniversary Euro-Mediterranean Summit”, Rabat, 21 November 2005; EMPA 2nd Plenary Session Presidency Final Declaration, Brussels, 27 March 2006. The same is true of subsequent

é possível dizer que estes conflitos não exercem nenhuma influência nos trabalhos internos da Assembleia ou que são postos totalmente de lado. Poderá argumentar-se que a APEM foi por eles “contaminada” tanto quanto a PEM ou a UpM. É também verdade que as “esperanças” iniciais do recém fundado PEM de não se ver afetado pelos problemas do Processo de Paz do Médio Oriente (o processo de paz decorreu de forma bastante otimista entre 1993-1996, i.e. na altura do lançamento do PEM), acabaram simplesmente por se tornar meros sonhos utópicos.

Deve também notar-se que quando as situações de tensão deflagram em conflito aberto, como aconteceu no caso da guerra entre o Líbano e Israel em 2006 ou mais recentemente, em janeiro de 2009, com o ataque israelita a Gaza, a APEM tentou exercer alguma espécie de mediação. Após 2006, o conflito israelo-palestiniano ganhou mais destaque nas relações Euro-Mediterrânicas, incluindo a sua dimensão parlamentar. Mas desde o lançamento da UpM, começou a desvanecer-se novamente. O conflito do Médio Oriente com frequência asfixiou qualquer forma de debate e minou o papel da diplomacia parlamentar, particularmente quando os acontecimentos no Médio Oriente levou alguns dos Parceiros, ou grupos destes, abandonar os trabalhos: como aconteceu com a Síria e o Líbano (que não estiveram na Reunião dos Ministros Negócios Estrangeiros em Valência em 2002) e o impasse criado em 2008 na UpM sobre o assunto da participação da Liga Árabe e subsequentes desenvolvimentos às críticas do PE à situação dos direitos humanos no Egipto (ver supra). A terceira crítica seria que os outros dois conflitos, para além do conflito do Médio Oriente, ou seja, os conflitos de Chipre e do Sara Ocidental, foram postos de lado da agenda parlamentar desde o início, situação que persiste até agora. Na próxima secção, vamos rever com mais detalhe estes três conflitos e o seu impacto na diplomacia parlamentar da APEM/AP-UpM.

2.2. O MÉDIO ORIENTE

Claramente seria uma pena – e uma grande oportunidade perdida – para a Assembleia atolar-se numa discussão sobre o conflito do Médio Oriente. Mas então é estranho que uma Assembleia Parlamentar que procurou reforçar os laços Norte-Sul no Mediterrâneo se envolva em “conversa fiada” à custa de uma discussão mais séria sobre as ameaças reais à paz e estabilidade na região. O tratamento do problema do Médio Oriente no âmbito da APEM significa que, se esse assunto é prioritário, paralisa todo o outro trabalho da Assembleia; se é posto de lado, a Assembleia é justamente criticada como uma farsa.

Assim, durante a presidência do Parlamento helénico (2007-2008), o problema do Médio Oriente foi colocado apenas em sétimo lugar, depois de outros tópicos como “o diálogo entre culturas”, a protecção ambiental e climática, a energia e a migração. Este não foi um caso de prioridades mal colocadas. Reflectiu talvez um sinal que a APEM viu como um factor disruptivo num amplo diálogo sobre diversos outros assuntos importantes. No entanto, foi estabelecido um grupo de trabalho sobre a paz e a segurança no Médio Oriente, em março de 2007, que em julho ganhou reconhecimento dentro da APEM como uma abordagem parlamentar para ajudar a resolver o conflito israelo-árabe. Em março de 2008, na reunião da APEM em Atenas, o grupo já estava firmemente constituído.

Quando o Parlamento Europeu assumiu a Presidência da Assembleia em março de 2008, colocou o processo do Médio Oriente no topo das suas prioridades afirmando o seguinte:

Declarations.

“1. [O] processo de paz no Médio Oriente: a APEM deve contribuir para o diálogo político na região, para reforçar a implementação de um roteiro e da lei internacional. O *Bureau* (Direção) pode estar directamente envolvido organizando trocas regulares de pontos de vistas com os Presidentes dos Parlamentos das partes em questão e outros atores relevantes (O Quarteto, o representante do Quarteto, o SG da Liga de Estados Árabes, etc.). Numa base caso a caso, estes encontros poderiam estar abertos a todos os presidentes e relatores da Comissão se um tópico do seu interesse fosse abordado.”

Na reunião plenária extraordinária da APEM de outubro de 2008 na Jordânia, o trabalho foi dividido quase igualmente entre a discussão da APEM como dimensão parlamentar da “União para o Mediterrâneo” e o conflito do Médio Oriente; e na reunião plenária de março de 2009 em Bruxelas uma recomendação entregue pelo Comité dos Assuntos Políticos e aprovada pela Assembleia focou exclusivamente no conflito do Médio Oriente e na situação em Gaza numa altura em que existia um impasse no Processo de Paz. Assim, pode-se concluir que, desde 2007, a APEM começou a focar-se mais no conflito árabe-israelita e a dar-lhe um lugar central mais aberto e oficial. Esta mudança de ênfase aconteceu também numa altura em que os Estados Unidos prosseguiram a Iniciativa Annapolis, a qual introduziu um elemento de “interesse competitivo” na fórmula: a APEM queria evitar todas as possíveis críticas perante as que a augusta instituição parlamentar do Mediterrâneo estava impotente, enquanto Washington conduzia o “show do Médio Oriente”. Mas quando o conflito em Gaza subitamente irrompeu em finais de 2008, quer o trabalho da APEM, quer o da UpM oficialmente lançada esse ano (Cimeira de Paris e reunião ministerial de Marselha), foram interrompidos, e a APEM apenas conseguiu efectuar uma declaração sobre Gaza e uma reunião ordinária em Bruxelas a 29 janeiro de 2009, na qual foi decidido enviar uma missão de apuramento de factos, a Israel e Gaza. A rotura foi causada pela decisão do *Bureau* (Direção) da Assembleia Parlamentar da Conferência Islâmica, actuando em nome do Grupo Árabe da APEM, de suspender o seu envolvimento na APEM. Contudo, os comités da APEM conseguiram retomar os seus trabalhos em meados de fevereiro de 2009²³. Alguns estados-membros Árabes – com o Egito como copresidente –, pediram a suspensão das instituições da UpM e de várias reuniões ministeriais, incluindo a mais importante, envolvendo os Ministros dos Negócios Estrangeiros da União, as quais foram suspensas várias vezes. Contudo, em inícios de Março de 2010, o Secretariado da UpM foi oficialmente inaugurado em Barcelona.

Apesar do conflito do Médio Oriente levar algum tempo a gradualmente ascender ao topo entre os numerosos assuntos que emergiram na agenda da APEM (apenas para recuar ligeiramente nos últimos dois anos), a sua sombra, paradoxalmente, monopolizou a maioria do debate ao longo da vida da APEM e da AP-UpM. Este obstruiu o progressos de diversos assuntos discutidos nos vários comités, inclusivamente ameaçando, algumas vezes, o funcionamento da própria assembleia parlamentar.

Paradoxalmente, sob a presidência do PE de Hans-Gert Pottering, a APEM deu prioridade ao conflito do Médio Oriente, e, sob a Presidência jordana, iniciada em março de 2010 e que durou até março de 2011, o pêndulo parece ter-se afastado do conflito do Médio Oriente mais uma vez. A última recomendação do Comité Político aprovada em março de 2010, em plenário da AP-UpM na Jordânia, referia o papel da UpM na região mediterrânica e a liberdade de expressão, religião e crença. Isto é bastante surpreendente

23 - Closing speech by the President of the EP/EMPA, Hans-Gert Pottering at the fifth ordinary plenary session of the EMPA held in Brussels in March 2009.

considerando que, na altura em que o plenário teve lugar, existia um impasse no processo de paz, o qual continua hoje. Para a reunião de Roma de março de 2011, o processo de paz do Médio Oriente ficou ainda mais em segundo plano, uma vez que a atenção da Assembleia foi dominada pela Primavera Árabe²⁴.

2.3. CHIPRE

Ao contrário, o problema de longa data de Chipre continua totalmente afastado da APEM/PA-UpM, apesar de ter sido mencionado na Declaração Plenária de Atenas de 2004. Não há qualquer referência a este conflito específico em nenhuma das Declarações Finais ou outros documentos importantes da APEM/PA-UpM desde essa altura.

No relatório de actividades do terceiro Comité APEM apresentado no Cairo em 2005, está escrito que a delegação turca tinha “pedido a eliminação” de uma referência a Chipre “pois não havia necessidade de discutir o assunto nessa sessão”²⁵. No registo dos trabalhos declara-se que:

“O representante cipriota quis saber a razão pela qual a Turquia pediu para eliminar o parágrafo relativo Chipre, assinalando que uma grande parte do seu país estava ocupada pela Turquia. Pediu para se manter o parágrafo que apelava ao respeito e à promoção dos direitos humanos em Chipre”²⁶.

Esta situação não é nova e reflete um esforço de longa data da delegação parlamentar turca para impedir quaisquer potenciais críticas da sua contínua ocupação de Chipre no âmbito da APEM. Assim, logo quando surgiu a parlamentarização do processo conhecido como Fórum Parlamentar, um incidente similar ocorreu quando “uma adenda da declaração cipriota se queixava que a Declaração Final do Fórum não se referia ao problema de Chipre devido à “objecção da delegação turca (...) apesar dos repetidos apelos de diversos membros”²⁷.

Não houve referência a Chipre na Declaração Final do Cairo em 2005 mas numa Resolução entregue pela Comissão para os Assuntos Políticos, Segurança e Direitos Humanos sobre a “Avaliação do Processo de Barcelona na Véspera do seu Décimo Aniversário”. A APEM instruiu a dita comissão para monitorizar – entre outras coisas – “outros problemas políticos pertencentes à segurança e vizinhança entre países parceiros, incluindo o assunto de Chipre”²⁸. O facto de não ter havido uma referência direta ao assunto, mas só uma menção como um dos muitos problemas do Mediterrâneo, confirma a falta de atenção para com o problema de Chipre. É também pertinente assinalar que a APEM, e a sua sucessora AP-UpM, apesar do seu vasto número de parlamentares, têm dificuldade em atender outros conflitos que não sejam o israelo-árabe, tais como o do Chipre e o do Sara Ocidental.

Apenas existe uma referência ao conflito de Chipre, feita durante a Sessão Plenária Inaugural de Atenas em 2004, mas que deve ser contextualizada: durante as semanas anteriores a 24 de abril de 2004, o duplo referendo ao Plano Annan, e antes da adesão da República de Chipre à União Europeia a 1 de maio de 2004.

24 - RECOMENDAÇÃO da Comissão para os Assuntos Políticos, Segurança e Direitos Humanos, Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, Roma, 4 de março de 2011.

25 - *First session of the EMPA/Première session de l’APEM*, Cairo, March 2005, p.33.

26 - *Ibid.*, p. 35.

27 - S. Stavridis, ‘The Parliamentary Forum of the Euro-Mediterranean Partnership: an assessment’, *Mediterranean Politics*, Vol. 7, No. 2, Summer 2002, pp 30-53, p. 33.

28 - *First session of the EMPA/Première session de l’APEM* (2005), *op. cit.*, p. 64 (emphasis added).

A expectativa então era a de que existiria uma solução para a divisão do Chipre e que uma ilha reunificada se juntasse à União. Sem dúvida, houve muito “*wishful thinking*” no que foi chamado “o impacto catalisador da adesão”. A maioria não tinha em conta o carácter intrincado do próprio Plano Annan. Uma vez que não existiu debate no Parlamento Europeu, também não houve debate no Plenário da APEM. No mínimo, as pessoas ficam admiradas por não se ter visto qualquer debate sobre o assunto, especialmente entre os parlamentares²⁹.

Tal atitude em relação ao problema de Chipre é estranha dado tratar-se de um membro da UE e da APEM/UpM. Chipre destaca-se precisamente por formar parte da UE e, parte do seu território, estar ilegalmente ocupado por um estado candidato à adesão à UE e membro de pleno direito da APEM/UpM, para não mencionar que as repercussões do conflito produzem periodicamente importantes problemas dentro da própria UE.

Finalmente, e embora para além do âmbito do presente estudo, não podemos deixar de colocar a questão de saber se isto ocorre porque Chipre é um “assunto menor” quando comparado com os desafios mais ameaçadores que a União enfrenta. Mas devemos ser cuidadosos mesmo até com os “pequenos” problemas (e a sua falta de solução), pois podem transformar-se em grandes problemas, especialmente para uma União que afirma ser um actor internacional.

2.4. O SARA OCIDENTAL

Na primeira sessão da APEM realizada no Cairo em 2005, foi aprovada uma resolução que referia de forma abrangente os assuntos envolvidos no processo e instruiu a sua Comissão Política para monitorar a situação no Médio Oriente e em Chipre, mas o problema do Sara Ocidental foi afastado para nunca mais aparecer.³⁰ A exclusão deste conflito, o qual tem atormentado a política do Magreb por muito tempo, ferindo de forma fatal a União Árabe do Magreb³¹, é muito difícil de explicar. Desenvolvimentos recentes no assunto (durante 2007-2008) não encorajaram a APEM a atuar, pelo menos de forma visível. Em abril de 2007, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução sobre a situação no Sara Ocidental.³² Posteriormente, foram reatados contatos entre todas as partes afectadas, envolvendo principalmente Marrocos, Mauritânia, Argélia e a POLISARIO, e a 1 de outubro de 2007, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos assinalou à Assembleia Geral das Nações Unidas a possibilidade de sair deste atoleiro, citando o Estatuto Marroquino de Autonomia para o antigo Sara espanhol como uma “solução política final, realista e aplicável para uma disputa regional que dificulta a construção de um Magreb forte e homogéneo, interagindo com o seu ambiente geopolítico.”³³ A Argélia augura uma solução para o conflito e espera que o povo do território seja capaz de votar num referendo de “autodeterminação”. O Parlamento Europeu entretanto condenou frequentemente as violações de direitos humanos no Sara Ocidental, mas a APEM e a AP-UpM parecem continuar ditosamente a ignorar um conflito que está no centro da sua própria *raison d’être*, numa altura em que os desenvolvimentos podiam requerer o encorajamento e envolvimento da AP-UpM.

29 - For more, see S. Stavridis, *La Unión Europea y el conflicto chipriota (1974-2006)*, Editorial Icaria, Barcelona, 2008, pp 119-146; S. Stavridis, C. Tsardanidis, ‘The Cyprus Problem in the European Parliament: a case of successful or superficial Europeanisation?’, *European Foreign Affairs Review*, Vol. 14, No.1, February 2009, pp 129-156.

30 - Resolution of the Euro-Mediterranean Parliamentary Assembly on the assessment of the Barcelona Process on the eve of its tenth anniversary adopted on 15 March 2005 in Cairo:

www.europarl.europa.eu/intcoop/empa/committee_poli/final_resolution_cairo2005_en.pdf (accessed 11.10.07).

31 - See for instance, F. Ghilès, ‘El Magreb paga el precio de su desunión’, *El País*, 5 June 2008.

32 - Security Council Resolution adopted at the SC’s 5669th meeting, 30 April 2007, S/RES/1754 (2007).

33 - Statement by HE Mohamed Benaissa, Minister of Foreign Affairs and Co-operation of the Kingdom of Morocco to the 62nd Session of the UN General Assembly, New York, 1 October 2007.

Assim, nem a Declaração Final da Quarta Sessão Plenária de Atenas de março de 2008, nem a Declaração Final na Jordânia de outubro de 2008, mencionaram o conflito no Sara Ocidental de forma alguma. O mesmo se aplica às sessões de 2009 e 2010. Isto aconteceu apesar de existir um impasse na região em disputa sobre a realização de um referendo sobre o futuro do território anexado por Marrocos, um assunto que também continua a envenenar as relações entre a Argélia e Marrocos e que obstrui qualquer progresso que possa ser feito para a integração do Magrebe. O Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliou a presença de uma missão no Sara Ocidental, com cerca de 225 elementos, até abril de 2012. Questões relacionadas com a supressão dos direitos humanos pelas autoridades marroquinas têm sido levantadas pelo Parlamento Europeu, nomeadamente em relação ao caso Aminatou Haidar (um dos vários defensores dos direitos humanos dos sarauis que alegadamente têm sido detidos e torturados pelas autoridades marroquinas) de 2009-2010. Apesar disto, e da importância que a UE dá às suas relações externas, a Comissão Europeia não achou que tais violações mereceriam a suspensão do acordo de Estatuto Avançado de Marrocos com a UE, porque isso não serve os interesses da UE.³⁴ No entanto, no final de 2011, o Parlamento Europeu fez com que o acordo de pesca existente chegasse a um (temporário) fim. No início de 2012, houve um acordo entre a Comissão Europeia e Marrocos para estabelecer um novo conjunto de negociações para iniciar brevemente.³⁵ É ainda relevante contrastar o papel ativo do Parlamento Europeu na questão da falta de debate no seio da APEM/AP-UpM.

CONCLUSÕES

Primeiro, a APEM/AP-UpM monopolizou o seu interesse na resolução de conflitos apenas no assunto israelo-palestiniano, mesmo que inicialmente isso não aparecesse como uma prioridade na sua agenda. Na prática, o conflito afectou a agenda da APEM a vários níveis, normalmente para evitar a discussão séria de qualquer assunto, incluindo o próprio conflito.

Segundo, os outros dois conflitos, Chipre e o Sara Ocidental, foram mantidos fora da agenda: o primeiro, apesar dos esforços dos parlamentares (grego-)cipriotas em contrário, e a oposição dos parlamentares turcos em assegurar que ficava fora da agenda. Os parlamentares árabes parecem ser completamente indiferentes ao assunto de Chipre.

Terceiro, esta falta de progresso em qualquer um destes três conflitos é contra produtiva porque dá uma impressão errada em muitos aspectos: pode ser usado como uma evidência de que, até à data, a diplomacia parlamentar não funciona; ou que a diplomacia tradicional não deve ser culpada se os vários problemas são tão intrinsecamente complicados de resolver que mesmo os parlamentares encontraram o seu caminho bloqueado por uma parede de tijolos.

Sem dúvida, não devemos culpar a diplomacia parlamentar por falhar na resolução de problemas se esses problemas são tão difíceis de resolver que a diplomacia tradicional também não foi capaz de o fazer. Contudo, uma crítica justa poderá ser que o instrumento parlamentar não estará a ser usado adequadamente, no sentido que não ajudou à solução de forma significativa; ou que foi “abusado” para interesses domésticos triviais, especialmente entre os parlamentares dos países árabes, que frequentemente “jogam para a galeria”,

34 - Answer given to an EP Question by Commissioner Ferrero-Waldner on behalf of the Commission, 9 February 2010, E-6344/2009.

35 - “Rabat acepta renegociar el acuerdo de pesca con la UE pero no el agrícola”, *El País*, 04.02.12.

por assim dizer. O mesmo é frequentemente verdade entre as contrapartes europeias que sabem que podem prometer tudo, e criticar o mais que podem, sabendo muito bem que os seus respectivos governos não mudarão qualquer posição definida. Quanto aos pequenos grupos políticos, os quais devido às peculiaridades do sistema eleitoral do Parlamento Europeu (eleições de segunda ordem, voto de protesto, representação proporcional) estão presentes no Parlamento em Bruxelas/Estrasburgo mas frequentemente não nos seus respectivos parlamentos nacionais, usam táticas “populistas”, sabendo que, uma vez que não têm poder, o único que podem “extrair” da APEM/AP-UpM é publicidade, chegando ao ponto, algumas vezes, de inclusivamente emitirem declarações “irresponsáveis”, como quando apressaram a necessidade de se envolver com organizações terroristas – assim definidas de acordo com as próprias listagens da EU, as quais os seus próprios países também subscrevem. Quando isto foi feito agiram totalmente com duplicidade de critérios pois não ousariam agir de forma similar relativamente aos terroristas dos seus próprios países.

É também verdade que a toda esta situação resulta de numerosas “fraquezas estruturais” da própria APEM, herdadas pela AP-UpM, e que estão principalmente relacionadas com quem presentemente pertence à organização: por exemplo, existe a eterna questão da utilidade do diálogo. Por quanto tempo devem ser mantidas as conversações? Não será melhor, algumas vezes, tornar públicas as divergências de opinião claras e profundas? Ver, por exemplo, “o desencontro de pensamento comum” na declaração final da NATO e na reunião do Mediterrâneo Sul em Génova, a 1 de dezembro de 2000.³⁶

Existe ainda o vexado tópico de saber se a UE está interessada na “estabilidade” ou na “democracia” no Mediterrâneo: uma questão que veio ao de cima durante as revoluções da Primavera Árabe. Apesar das incursões dos partidos islamistas nas eleições livres (ou “mais livres”) da Tunísia, Egipto, Marrocos (e Kuwait) continuarem a alimentar este debate, a questão global é se a democracia pode ou não existir sem estabilidade (e vice-versa). Por outras palavras, saber se esta é a questão errada em primeiro lugar. Neste debate particular há várias considerações importantes, como o “fator tempo” (o impacto reduzido *versus* o impacto prolongado dos esforços de democratização externa), e saber se existe “vontade política” do lado europeu de mudar as situações não-democráticas nos países terceiros, em primeiro lugar. Por último, existe a questão se o extremismo islamista é do interesse, não só de europeus ou dos próprios árabes, mas também do processo de democratização *per se*. Afinal, os partidos extremistas que não aceitam as regras básicas da democracia, em termos gerais, são também banidos dos países europeus.

Embora até à data o registo do impacto parlamentar na resolução de conflitos não seja promissor, continua claro que existe grande potencial no uso da diplomacia parlamentar para a resolução de conflitos, *desde* que este potencial seja realmente reconhecido e que seja feito um esforço consciencioso de o usar. O principal teste da eficácia (ou não) da diplomacia parlamentar na resolução de conflitos não deve ser levado tão longe, simplesmente porque se não foi empregue de forma eficiente até à data, então é axiomático que os resultados não serão os desejados. Além disso, a diplomacia parlamentar é uma atividade que pode produzir resultados a longo prazo, se prosseguida com vigor ao longo do tempo.

Demasiado frequentemente, muitas delegações nacionais comportam-se como se fossem uma extensão do serviço diplomático dos seus países, muitas vezes transformando as reuniões da APEM/AP-UpM em arenas

36 - NATO Parliamentary Assembly Press Release – *Parliamentary Debate on Mediterranean Security yields little consensus*, Genova, 1 December 2000, available on the web: www.nato-pa.int/publications/press/p001201a.

para marcar pontos em propaganda ou tentar influenciar a visão do mundo dos parlamentares europeus. É hora de chamar os deputados à ordem e convencê-los a concentrarem-se mais radicalmente no diálogo.

A ausência de democracias pluralistas no Sul, nas quais os partidos políticos e membros do parlamento têm necessidade de manter o contato com eleitores e votantes para terem hipóteses de reeleição, já é uma séria desvantagem. A falta de pressão para prestar contas aos eleitores, deixa os políticos do Sul livres de qualquer constrangimento para produzir resultados. Espera-se que as transições democráticas sejam completadas com sucesso e que esse progresso tenha também um impacto positivo nas relações interparlamentares. Em conformidade com a teoria da “paz democrática” (fazendo novamente referência ao trabalho filosófico de Immanuel Kant ou a estudos mais recentes de Bruce Russett), as democracias não lutam entre si militarmente por disputas territoriais ou outras.

Além disso, existe o problema da visibilidade da UpM e da AP-UpM propriamente e do interesse demonstrado por estas pelo público e os media. Se a AP-UpM se tornar mais próxima e pró-ativa em muitos assuntos, nomeadamente na resolução de conflitos, então os diferentes públicos tornar-se-ão interessados nela e no que os seus deputados estão ou não a fazer, uma vez que há um desejo quase universal de que os conflitos existentes sejam resolvido de uma vez por todas.